

O PROFISSIONAL DE LETRAS E O ALUNO SURDO: OS DESAFIOS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Fernanda Nicolle Ferreira¹

Paula Regina Camargo Miranda²

Rosenilda Machado Gonçalves³

Suellen Ramos Carolino Cardozo⁴

Priscila Soares Vidal Festa⁵

RESUMO

A inclusão social de alunos surdos nas escolas brasileiras é uma realidade atual, gerando um desafio para o profissional de Letras que possui o dever de ensinar a Língua Portuguesa como L2 (segunda língua) para o aluno surdo, que possui especificidades linguísticas. Diante dessa nova proposta, o tema escolhido para a presente pesquisa originou-se da preocupação com o processo de ensino de Língua Portuguesa para educandos surdos. Com a implementação da inclusão de alunos surdos no ensino regular, a pesquisa teve como propósito investigar os desafios enfrentados pelo professor de Língua Portuguesa ao ensinar o aluno surdo à escrita e à leitura na L2. Levando em conta as dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo de ensino de Língua Portuguesa para surdos, a referida pesquisa levantou a seguinte questão: Como é a atuação do profissional de Letras na prática do ensino da L2 para alunos surdos? Assim, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelo professor de Língua Portuguesa na prática do ensino para alunos surdos. Já

¹ Aluna do Curso de Letras Português/Inglês da FAE Centro Universitário. E-mail: fnicollef@gmail.com

² Aluna do Curso de Letras Português/Inglês da FAE Centro Universitário. E-mail: prcmletras@gmail.com

³ Aluna do Curso de Letras Português/Inglês da FAE Centro Universitário. E-mail: rosenildagoncalvesm@gmail.com

⁴ Aluna do Curso de Letras Português/Inglês da FAE Centro Universitário. E-mail: suh.ramos@gmail.com

⁵ Orientadora da pesquisa. Doutoranda em Educação pela UTP. Mestre em Distúrbios da Comunicação pela UTP. Professora da FAE Centro Universitário – Disciplinas de Introdução à Libras, Dificuldades de Aprendizagem e Intervenções Pedagógicas e Educação Inclusiva. E-mail: priscila.festa@fae.edu

os objetivos específicos tiveram como propósito fundamentar o conceito de língua como processo de interação, elencar os pressupostos da Inclusão educacional para alunos com necessidades educacionais especiais, caracterizar o processo de ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos, investigar aspectos da prática docente de profissionais de Letras referentes ao ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos e por fim foi apresentada uma pesquisa de campo para evidenciar a problemática apontada. A metodologia utilizada no presente trabalho consiste do tipo qualitativa exploratória, com pesquisas bibliográficas utilizando livros, artigos pertinentes ao tema, além da legislação, decretos e protocolos internacionais e a realização de uma pesquisa de campo com técnica de entrevista e elaboração de um roteiro com perguntas semiestruturadas. Nas considerações dos resultados dessa pesquisa foi revelado que o professor de Língua Portuguesa não dispõe de preparação adequada para ensinar o aluno surdo na L2 quando esse não tem formação em Língua de Sinais e/ ou cultura junto à comunidade surda.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Libras; Aluno Surdo; Ensino; Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a Inclusão Educacional dos alunos surdos, ou seja de educandos com necessidades especiais – NEE, em toda a rede regular de ensino no país, em conformidade com a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002).

A tarefa da prática da Inclusão Educacional, em sala de aula acima mencionada compõe-se das seguintes personagens: 1) O professor de Língua Portuguesa, seja ele habilitado, ou não seja em Língua Brasileira de Sinais – Libras; 2) A pessoa do tradutor e intérprete em Libras, obrigatoriamente licenciado em nível técnico; 3) Alunos surdos, ou com NEE, presumivelmente conhecedores da metodologia de comunicação de Libras e 4) Alunos ouvintes, quer tenham ou não conhecimento de Libras.

Com relação aos passos que precederam o atual elenco de personagens atuantes em sala de aula pode-se citar a tripla proposição quanto ao modo de comunicação, considerado como viáveis para a educação das pessoas com NEE: A primeira o Oralismo que restringia o aprendizados da língua materna exclusivamente por meio da oralização, isto é da fala pela qual eles se tornariam parecidos com as pessoas ouvintes; Na sequência foi apresentada a forma de Comunicação Total que acolheu múltiplas formas de interação, a serem escolhidas pelo próprio surdo, incluindo a Libras. Assim, foram unidas a emissão de voz de acordo com a possibilidade do aluno ao aprendizado e prática da Libras em sala de aula e o Bilinguismo, no qual atualmente se pratica, em

sala de aula a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2) na comunicação com os alunos em Inclusão.

Com relação ao problema que envolve a mensagem no sentido do Bilinguismo este se refere ao fato de que, grande parte dos educandos surdos, ao término de sua formação básica apresentam-se de modo significativamente defasado quanto à leitura e à escrita da L2.

Consequentemente, a hipótese que orienta este estudo se caracteriza pelo descompasso relacionado à formação acadêmica do docente de L2 que ainda não se encontra preparado para atender as especificidades linguísticas do educando surdo.

Daí resulta, que o objetivo geral pretende analisar os prováveis desafios enfrentados, no cotidiano dos profissionais de L2 na prática do ensino aos alunos com NEE. Os objetivos específicos, por sua vez consistem na fundamentação teórica do conceito de Língua atrelado ao processo de Inclusão, no qual a abrangência deve acolher, de modo simultâneo não somente a interação, como o ensino qualitativo de L2.

Portanto, considera-se como justificativa desta análise a atualidade da importância daquilo que vem ao encontro deste tipo de pesquisa, ora realizada por alunas, no fim do curso de graduação acerca do processo legislativo que ampara os direitos conquistados pelos alunos surdos, à Educação Inclusiva, bem como os pressupostos legais quanto à formação do professor de L2 e da metodologia de L1 como forma didático-pedagógica de instrução educacional.

2. LÍNGUA COMO PROCESSO DE INTERAÇÃO DO SUJEITO SURDO

O ser humano busca um meio de governar o mundo que habita e o conhecimento é o caminho para obter este poder. Por conta disso, ele procura explicar tudo que existe, e um desses saberes almejados é a linguagem. Visando esclarecer sobre ela, o homem busca elucidar o que lhe pertence e é necessário para a interação social (ORLANDI, 2009).

A linguagem exerce um fascínio sobre o homem, e isto é observado em diferentes maneiras: na música, na literatura, nos discursos, nas histórias, nas religiões, na filosofia, entre outros. Não faltam argumentos que demonstram a curiosidade sobre a linguagem e sua origem. Entretanto, somente com o surgimento da Linguística que as manifestações da linguagem se tornaram uma ciência com sua própria característica (ORLANDI, 2009). “A linguística definiu-se, com bastante sucesso entre as ciências humanas, como estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana” (ORLANDI, 2009, p. 9). Nesse sentido, o linguista visa esclarecer como funciona a linguagem por meio do estudo das línguas.

A concepção de língua aborda vários aspectos semânticos, pragmáticos e axiológicos. Por meio das estruturas abstratas, as relações entre significados e significantes, juntamente com as infinitas regras gramaticais determinam como o sujeito pratica a interação verbal. Partindo disso, entende-se como um indivíduo exerce uma ação sobre o outro, construindo experiências e refletindo sobre a realidade (FERNANDES, 2003).

Para Bakhtin (2006) o ser humano é rodeado de ideologias, ou seja, sua consciência social, a qual é composta por manifestações superestruturais, englobando tudo o que o indivíduo considera primordial em seu meio. O referido autor (2006, p. 29) ressalta que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”.

Sendo assim, entende-se que todo sinal da Libras é um signo, portanto tem seu significado. Bakhtin sublinha que “todas estas manifestações verbais estão, por certo, ligadas aos demais tipos de manifestação e de interação de natureza semiótica, à mímica, à linguagem gestual, aos gestos condicionados, etc.” (BAKHTIN, 2006, p. 41). Os sinais manuais estão sempre em processo de mutação, neste conjunto estão inseridos os gestos, as expressões, os movimentos, os pontos de articulações, orientação gestual, e até mesmo o silêncio, englobam o conjunto da Língua de Sinais (QUADROS, 1997b).

Isso posto, compreende-se que a Língua de Sinais, assim como qualquer outra, não pode ser assimilada somente como um conjunto de regras ou palavras dicionarizadas, “uma vez que a interação suscita processos entonacionais, que produzem novos sentidos e, conseqüentemente, novas configurações de sinais” (DUARTE; PADILHA, 2012, p. 315).

Pode-se entender desta forma que todos os meios de interação, seja oral ou por sinais, sempre será inovado conforme o locutor e seu interlocutor. Definindo desta forma a comunicação como uma corrente interminável de signos e significados. Para a comunidade surda brasileira, a Libras é o meio utilizado para a comunicação.

3. HISTORIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Foi a partir do século XVI que apareceram as primeiras informações dos educadores de surdos, por meio dos estudos de um médico italiano, cujo primeiro filho era surdo, em que preconiza que os surdos poderiam ser ensinados. Por mais que tenha executado um código para surdos, nunca colocou suas ideias em ação (GUARINELLO, 2007).

A educação dos surdos era algo inovador, que “antes de 1750, para a grande maioria, para 99,9% dos natissurdos (nascidos surdos), não havia esperança de

alfabetização ou educação” (GUARINELLO, 2007, p. 141). Nesta época surgiu o primeiro professor de surdos da história, o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), sua metodologia de ensino era utilizada uma forma de alfabeto manual, em que cada letra era correspondida por uma configuração de mão, e as práticas oralistas que visavam o ensino da fala.

Em meados do século XVIII surgem vários educadores de surdos. Considerado o “pai dos surdos”, o educador filantrópico e abade Charles Michel de L’Epée, criou um novo método de ensino a partir das observações de grupos de surdos (SACKS, 2010). Ele criou o método educacional denominado de Sinais Metódicos, que seria a combinação da Língua de Sinais nativa com a gramática sinalizada francesa. Seu sistema tinha como fundamento a associação dos sinais às figuras e palavras escritas, ensinando os surdos a ler.

Em meados do século XVIII, na Alemanha, Heinicke desenvolveu outra metodologia para a educação dos surdos, o Oralismo. Nesse método, era utilizado somente a língua oral, pois para ele somente assim os surdos poderiam se ajustar na sociedade ouvinte. Em 1880, aconteceu, dessa vez em Milão, o II Congresso Internacional, este se tornou um marco histórico, pois apresentou mudanças significativas para a educação de surdos, eles foram proibidos de usar a Língua de sinais e passou a serem educados por meio da oralização (GUARINELLO, 2007).

Na década de 70, por causa da insatisfação com a filosofia oralista, pesquisadores propuseram o uso de sinais na educação dos surdos e com isso surgiu um novo método denominado “Comunicação Total”. Guarinello (2007, p. 31) ressalta que método da Comunicação Total método “propõe o uso de gestos naturais, de língua de sinais, do alfabeto digital, da expressão facial, da fala e dos aparelhos de amplificação sonora para transmitir linguagem, vocabulário, conceitos e ideias”.

No fim da década de 70, os surdos começaram a reivindicar o direito da minoria linguística e a mudança no método de ensino para a educação dos surdos, propondo o método bilíngue que é a Língua de Sinais como a primeira língua e a língua falada como segunda língua (GUARINELLO, 2007).

Skliar (1997) sublinha que:

A experiência prévia com uma língua contribui para a aquisição da segunda língua, dando à criança as ferramentas heurísticas necessárias para a busca e organização dos dados linguísticos e o conhecimento, tanto geral como específico, da linguagem (p. 45).

O autor acredita que para que a educação do surdo seja eficiente, a criança tem que ter contato direto com sua primeira língua, no caso a Língua de Sinais. Portanto, a educação bilíngue é o método de ensino que propõe o uso de duas línguas – Libras e

língua majoritária – no âmbito escolar, sendo a Língua de Sinais considerada a língua materna e por meio dela ser realizado o ensino da língua majoritária na modalidade escrita (BRASIL, 2004).

4. INCLUSÃO EDUCACIONAL

O objetivo deste tópico consiste na apresentação das principais Leis e Protocolo correspondentes relacionadas à educação brasileira disponibilizada para alunos com necessidades educacionais especiais. Desde logo considera-se relevante assinalar que na redação da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) consta a grafia, ou seja, a representação escrita de “as pessoas portadoras de deficiência em suas múltiplas exposições”. Estas estão ali denominadas deste modo, tanto para as limitações física ou de natureza intelectual. No caso presente, cabe observar que a abordagem, tanto dos pontos de conquistas quanto dos reveses, aqui neste trabalho será delimitada aos educandos surdos, no que diz respeito ao tema da Inclusão.

Contudo, de outro lado documentos posteriormente aprovados ampliam o alcance do dispositivo constitucional com a utilização da expressão “necessidades educacionais especiais” (PRIETO, 2006, p. 46). Portanto, em função disso altera-se o conceito anterior, o qual atualmente recebe a sigla NEE e assim será nominada no presente texto, com exceção das transcrições das citações, às quais de acordo com a ABNT devem ser reproduzidas fielmente.

Para tanto, pretende-se recuperar as principais linhas históricas do processo social e político no que concerne à Inclusão e sua legislação. Posto isto, vale registrar que no trajeto a seguir serão utilizadas, ao longo desta exposição, as letras das fontes referenciais das pesquisas que embasaram o tema da Inclusão de alunos surdos na educação regular do país, assim como a Legislação e Protocolo correspondente.

Com relação as conquistas legais da comunidade surda, o reconhecimento de sua Língua, foi estabelecido oficialmente por meio Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), conforme instituiu em seu Art. 1º Parágrafo único: “[...] A Língua Brasileira de Sinais - Libras como forma de comunicação e expressão, [...] o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. A regulamentação dessa Lei, que pode ser considerada como um avanço em direção à Libras enquanto uma das demandas das pessoas surdas, por sua vez ocorreu a partir da aprovação do altamente significativo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Vale lembrar também, que o Decreto acima mencionado, além de regulamentar a Lei normativa da Libras, determina a formação necessária para atuação profissional de seu docente em escolas e salas de aulas bilíngues, e que a primeira Língua dos surdos (L1), seja, portanto, a Língua de Sinais e como segunda Língua, a (L2) a língua portuguesa na modalidade escrita.

Ainda no que se refere à Libras, tem-se a Lei nº 12.319 publicada 01/09/2010 (BRASIL, 2010), que regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Libras, lembrando aqui a importância de destacar que isso aconteceu após 22 (vinte e dois anos) da apresentação do projeto de lei sob a portaria nº 3.624 datada de setembro de 1988.

5. O PROCESSO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS

A profissão docente foi estabelecida pelo Estado como uma tentativa de desvincular a Igreja da responsabilidade do ensino. Com o passar dos séculos, os profissionais docentes ficaram cada vez mais submetidos ao controle do Governo e das leis vigentes para regulamentação do ensino afirma Nóvoa (2002 p. 8). Atualmente, no Brasil, as regras do Estado que norteiam o ensino são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

As discussões que envolvem a formação do profissional docente no Brasil começaram há 20 anos, o momento que marcou o início dessa investigação foi a I Conferência Brasileira de Educação em 1980. Para o autor Martins (1997), que segue a filosofia vygotskyana, a aprendizagem acontece de fato por meio da interação dos indivíduos, ele afirma que o professor deve ser o mediador no momento da aprendizagem para que o conhecimento seja efetivo.

Os autores Lima e Oliveira (2010) concordam que os estímulos relacionados ao conhecimento da prática pedagógica para alunos surdos também devem iniciar-se desde formação do professor para que o futuro profissional possa aprofundar seu conhecimento quanto a cultura do surdo e avaliar quais serão as melhores práticas a serem aplicadas para o ensino-aprendizagem desses sujeitos:

Para tanto, essa formação deve ser entendida como aquela que se deva efetivar de forma contínua e sistemática, expressada por uma concepção de educação que se amplia pelas relações, a qual se busca aprofundar e avaliar a prática pedagógica (LIMA; OLIVEIRA, 2010, p. 9).

Diferentes estudos são apresentados a respeito do ensino da L2 para surdos, educação esta que era sustentada pela filosofia oralista. Diante desses estudos a escola começa pouco a pouco ter uma nova visão de ensino para alunos surdos e passa a aceitar o bilinguismo como método de ensino (GUARINELLO, 2007).

A escola tem como principal finalidade formar pessoas letradas com habilidades de leitura, escrita, desenvolvimento cognitivo para cálculo e outras áreas de ensino, logo deve preocupar-se com todos os alunos que fazem parte do corpo discente, procurando atendê-los em todas as suas especificidades (POTTING, 2011).

As instituições de ensino e os profissionais docentes precisam trabalhar em conjunto para mediar a aprendizagem do aluno surdo. O primeiro passo já foi realizado com o reconhecimento da Libras como língua oficial dos surdos e a inclusão nas salas de aula. Contudo ainda deve ser investigado mais a fundo sobre como a interação acontece nesse âmbito.

6. METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa proporciona a compreensão da veracidade de um determinado objeto, o qual se pretende analisar. De acordo com Gil (2002), a pesquisa é elaborada por meio dos conhecimentos disponíveis e da utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. No dizer do autor, a “pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados” (GIL, 2002, p. 17).

A presente pesquisa teve abordagem qualitativa e, em relação aos objetivos, é definida como exploratória. Sobre o procedimento técnico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, visando responder à seguinte problematização: Como é a atuação do profissional de Letras na prática de ensino da L2 para alunos surdos? A seguir, apresentam-se as especificidades de cada item da pesquisa.

Do ponto de vista dos teóricos Bogdan e Biklen (2010), uma característica importante da pesquisa qualitativa é o seu caráter descritivo. Nessa classificação, as informações extraídas do estudo desempenham uma importante função de fornecimento de dados. Para os autores, na pesquisa qualitativa esses dados não são elaborados para confrontar uma hipótese pré-estabelecida, e sim para construir um cenário.

Partindo disso, os propósitos do estudo foram alcançados por meio de uma pesquisa do tipo exploratória. Segundo Gil (2002), ela tem como objetivo acarretar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais evidente ou levantar hipóteses.

A maior parte das pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com os problemas pesquisados; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2002).

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa requer levantamentos de dados de diferentes autores. Para elas, dois processos pelos quais se podem obter materiais são a documentação direta e a indireta: a primeira é formada pelo levantamento de dados no local onde os fatos acontecem, e a segunda são estudos já feitos por outras pessoas, podendo dividir-se em pesquisa documental ou pesquisa bibliográfica.

Isso posto, o referido trabalho foi elaborado primeiramente por meio da pesquisa bibliográfica, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), de autores relevantes ao tema estudado, além da utilização de dissertações de mestrado e teses de doutorado desenvolvidos na área de pesquisa.

O estudo de campo também foi contemplado na pesquisa. Para Gil (2002, p. 53):

O estudo de campo procura o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa.

Conforme já apontado, a população deste estudo de campo foi formada por 3 professoras de Língua Portuguesa que lecionam para alunos surdos. Como local de pesquisa, foi selecionada uma escola da rede estadual de ensino, na cidade de Curitiba-PR, que atua na perspectiva da inclusão educacional.

Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista com a elaboração de um roteiro de perguntas semiestruturadas. De acordo com Manzini (1990-1991), a entrevista semiestruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Esta foi gravada por meio de áudio e o conteúdo das gravações foi transcrito pelas pesquisadoras de acordo com a fala das entrevistadas.

As informações coletadas serão apresentadas na seção de “Análise de dados”, em que as respostas das professoras entrevistadas foram verificadas e analisadas por meio da identificação das entrevistadas e de três (3) categorias propostas no roteiro com 26 perguntas: 1) A inclusão educacional de alunos surdos com 6 perguntas; 2) Concepções sobre alunos surdos com 6 perguntas e 3) Processo metodológico no ensino de L2 para alunos surdos com 14 perguntas (Apêndice D).

Para a realização da pesquisa, todos os personagens nela envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disposto no Apêndice C. Para que a identidade dos entrevistados seja preservada, assim como padronizada, os nomes foram substituídos por outra nomenclatura, como exemplo: P1, P2, P3 (FESTA, 2012).

O propósito da referida pesquisa foi verificar os desafios enfrentados pelo professor de Língua Portuguesa no ensino em sala de aula inclusiva para alunos surdos, buscando captar a concepção do profissional docente sobre o processo de ensino na L2.

6.1 ANÁLISE DOS DADOS

A presente análise tem por objetivo demonstrar os desafios enfrentados pelo professor de Língua Portuguesa na prática com alunos surdos. Para tanto, durante a realização do presente trabalho diversas questões sobre o ensino da L2 para alunos surdos foram levantadas, tendo como base os estudos teóricos que buscam explicitar como se apresenta o ensino para esses sujeitos. Um ponto muito discutido no ensino de L2 para surdos é a dificuldade que o profissional de Letras encontra ao se deparar com alunos surdos em sala de aula.

Além das dificuldades do docente, a pesquisa apresenta também a defasagem que o aluno surdo tem nesse processo de ensino. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica, foi realizada análise dos dados coletados juntamente com professoras atuantes com alunos surdos. A análise consiste no exame detalhado sobre este assunto, verificando alguns detalhes que formam cada parte de um todo. Deste modo, analisar é realizar um estudo detalhado sobre algo, podendo ser utilizado em diferentes áreas de pesquisa, como forma de observar cuidadosamente determinado tema.

Para respaldar toda a bibliografia enunciada foi realizada uma pesquisa de campo, a qual foi realizada em uma escola estadual do município de Curitiba, com 3 professoras atuantes com alunos surdos, os dados foram obtidos por meio de um roteiro de entrevistas composta por vinte e seis perguntas, divididas em três categorias: 1) Inclusão educacional de alunos surdos; 2) Concepções sobre alunos surdos; 3) Processo metodológico no ensino para alunos surdos.

Essa pesquisa foi realizada no mês de novembro/ 2017 a fevereiro/2018, no município de Curitiba-PR e contou com a participação de três professoras que atuam no ano vigente com alunos surdos, sendo que nos três casos eram regentes de aulas de Língua Portuguesa. Para preservar a identidade, as entrevistadas serão identificadas respectivamente como: P1, P2 e P3. Vale salientar que as entrevistas foram gravadas e a transcrição feita de forma literal da fala dos entrevistados.

De acordo com as informações retiradas das entrevistas, abaixo exemplifica-se por meio de um quadro a identificação das professoras.

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

DESCRIÇÃO DO PROFESSOR	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO	SÉRIE EM QUE ATUA	NÚMERO DE ALUNOS SURDOS
P1	60	39 anos	Ensino médio	12
P2	45	15 anos	Ensino médio	2
P3	54	20 anos	Ensino Fundamental II	3

Fonte: As autoras (2018)

Em conformidade com o quadro de identificação das entrevistadas foi possível verificar que as idades variam entre 45 a 60 anos e o tempo de atuação no ensino de Língua Portuguesa é de 15 a 39 anos. Todas as entrevistadas lecionam para alunos surdos de inclusão, em turmas de Ensino Fundamental II e Médio, em escolas públicas da rede estadual de ensino.

A entrevistada P1 é graduada em Letras – Português/Inglês, especializada em Metodologia de ensino, pós-graduada em Psicopedagogia em Educação Especial e possui Mestrado na área de Educação; P2 é graduada em Letras – Português/Inglês, possui especialização em Metodologia do ensino de Língua Portuguesa para jovens e adultos, com Mestrado e Doutorado no setor de Educação na linha da cognição da aprendizagem; P3 é graduada em Letras – Português/Inglês com especialização em Literatura.

6.1.1 INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS SURDOS

A análise a respeito da primeira categoria intitulada como “Inclusão educacional de alunos surdos”, visa investigar a formação do profissional de Língua Portuguesa, assim como seu ponto de vista sobre a inclusão educacional e os desafios encontrados em salas de aula.

No decorrer das questões notou-se que a defasagem na formação das entrevistadas em relação a abordagem educacional do aluno surdo é evidente. Como mostra a resposta das seguintes professoras:

A minha graduação é antiga, e na época não havia uma preocupação “tão” grande com a inclusão, tanto é que eu sou graduada em Letras e Pedagogia e em nenhuma das duas eu se quer ouvi falar em surdez (P1, 2017).

Quando eu fiz a Universidade Federal não ofertava nem uma disciplina de Libras. Agora eu tô fazendo também Pedagogia na modalidade à distância

e eu vi que agora eu vou começar a estudar Libras, porque lá eles tem na grande curricular obrigatória (P2, 2018).

Refletindo sobre as falas apresentadas acima, percebe-se que devido ao fato das entrevistadas terem concluído suas graduações antes da regulamentação da Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) não tiveram em sua formação a matéria específica da Língua de Sinais. Com a implantação da Lei, os cursos de licenciatura obrigatoriamente devem ofertar Libras como disciplina curricular. Para se garantir o direito dado pela referida Lei, é importante que os professores tenham o conhecimento que os surdos têm como língua natural a Libras e por meio dela que se aprende a L2.

Outro ponto relevante analisado foi a falta de entendimento do conceito sobre a inclusão educacional, como mostra o relato das seguintes professoras:

Inclusão educacional pra mim seria ter o surdo no lugar que ele tem direito. Ele tem direito de estar na sala com seus iguais, de receber atendimento educacional igual ao semelhante, sem nenhuma distinção, sem favorecimento (P1, 2017).

Eu acho que inclusão, é uma palavra que ela abrange muito mais que só você pensar no aluno que tem um laudo médico né (P2, 2018).

A inclusão deveria ser né... algo assim que propicia-se pro aluno, não só pro aluno que tem o limite, mas também para os outros, propiciar a total interação né... (P3, 2018).

Diante das respostas das três entrevistadas, percebe-se que o conceito de inclusão ainda não está claro. P1 entende que a inclusão educacional serve para que as pessoas com deficiência estejam juntas no mesmo espaço de modo a apagar as suas singularidades.

Quanto a isso Gesser (2009) fala que ao tentar domesticar um surdo aos modos “ouvintistas⁶” apresenta uma fragilidade para lidar com o desconhecido. Laplane (2004) defende que acreditar que os valores e princípios da inclusão educacional sejam capazes promover escolas mais justas do que as que se baseiam na discriminação, compreender que os discursos em prol da inclusão se formam historicamente como o oposto ao da discriminação e, nesse contexto, admitir a importância de salientar as vantagens da inclusão educacional não pode esconder todos os problemas que esta “inclusão” impõe. A autora acredita que a inclusão educacional se confronta com a desigualdade social.

A vulnerabilidade das propostas de inclusão educacional estabelece relações com a contradição do cenário educacional brasileiro, caracterizada por salas de aula

⁶ Ouvintismo: “Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 2016, p. 15).

superlotadas, falha nas instalações físicas e formações de docentes defasadas. Tais condições reais do sistema educacional põem em dúvida a ideia de inclusão como política que propõe a inclusão dos alunos nas escolas (LAPLANE, 2004).

6.1.2 CONCEPÇÕES SOBRE ALUNOS SURDOS

O objetivo principal desta categoria é pesquisar o conhecimento dos docentes sobre a Língua de Sinais, seu parecer sobre surdez e a relevância da aprendizagem da Língua Portuguesa para o aluno surdo. Assim como citam as professoras:

Bastante coisa. A Etiologia, a prevenção no caso da gestação, a prevenção contra o uso de medicamentos, principalmente em crianças com menos de dois anos. (P1, 2017).

Bem pouco... bem pouco. Aprendi muito com as intérpretes, que passaram muitas informações pra gente. Das limitações deles, por exemplo, eu desconhecia que o aluno ele não é surdo e mudo, ele é surdo, ele não fala porque ele não ouve. (P3, 2018).

Ao passo dos questionamentos feitos às entrevistadas em relação ao seu conhecimento sobre aluno surdo e surdez, foi possível notar falta de conhecimento relacionada à concepção de surdez.

Considerando a fala apresentada, é possível perceber que P1 e P3 possuem conhecimentos limitados na concepção socioantropológica do sujeito surdo. Quando perguntado a que P1 entende por surdez, a resposta gira em torno de termos clínicos. A respeito disso, Gesser (2009) ressalta que o sujeito surdo tem sido visto de uma perspectiva fisiológica, ou seja, a grande maioria da sociedade vê somente o déficit biológico do sujeito, sem levar em consideração a cultura e a identidade.

Sabe-se que o surdo tem sua língua natural, e no Brasil essa língua é Libras. Quando perguntado sobre esse conceito às professoras as respostas foram as seguintes:

É a língua dele.... Simples assim (P1, 2017).

Eu acho que é um código, uma forma dele se comunicar com o mundo, com as pessoas, dele compreender né, receber as informações, processar, dialogar com alguém que entenda né, eu acho que é uma forma de comunicação com o mundo de aprendizado constante (P2, 2018).

Eu acho que pra ele é, é assim a visão do mundo. É ali em eles se encontram é ali que abre né... como pra nós é a fala, é a comunicação é maneira que ele vê... assim.... todo o mundo (P3, 2018).

Diante das respostas percebe-se que as entrevistadas têm ponto de vistas diferente quanto a Libras. P1 (2017) responde simplesmente que a Libras é a língua dos surdos. Já P2 (2018) acredita que a Libras seja um código que os surdos usam para se comunicar, percebe-se isso quando responde claramente que “[...] é um código, uma forma dele se comunicar com o mundo, com as pessoas [...]”. No entanto a língua de sinais não pode ser considerada um código pois ela possui uma gramática própria e todos os níveis de uma língua.

6.1.3 PROCESSO METODOLÓGICO NO ENSINO DE L2 PARA ALUNOS SURDOS

A análise dessa categoria tem como propósito apresentar a relação professor-aluno e a metodologia utilizada em sala de aula ao lecionar para eles. Ao perguntar as entrevistadas se existe diferenças entre o método de ensino da Língua Portuguesa para os alunos surdos e ouvintes, P1 demonstra que não há diferenciação no processo de ensino entre esses alunos, como fala a seguir:

Na realidade, eu não acredito que haja muita diferença em relação a aprendizagem, porque há ouvintes que também precisam que o professor retome a explicação. O único cuidado que eu tomo, em grande parte das vezes é a utilização de giz colorido para fazer o destaque visual de alguns aspectos gramaticais principalmente para poder chamar a atenção deles (P1, 2017).

Já P2 relata que se preocupa com aulas expositivas extensas, pensando que poderá prejudicar o aluno surdo, desta forma busca fazer adaptações visuais para que ele tenha mais facilidade na compreensão.

Bom, quando o professor sabe que na sala tem um aluno surdo, pelo menos eu, já muda a forma de estar pensando as aulas. Tem que sintetizar mais os conceitos né, trabalhar com um mapa conceitual, vou registrando no quadro, eu percebo que a gente acaba é ... elaborando muito mais atividades visuais (P2, 2018).

A entrevistada P3 descreve que sua principal preocupação nesse processo de ensino refere-se a questões relacionadas a conjugação verbal, visto que o surdo não conjuga o verbo, ou seja, estará sempre no infinitivo.

Eu senti bastante dificuldade, porque o verbo pra ele é diferente, ele trabalha com o infinitivo do verbo. Então eu volta e meia me via nessa, situação de

procurar material pra que eu pudesse trabalhar. Aí eu percebi... não tem muita coisa não, tem pouquíssimo material assim.... eu pesquisava né... em alguns sites, mas eu não achava muita coisa né (P3, 2018).

A respeito disso, as professoras também alegam dificuldades ao encontrar materiais didáticos para o ensino da L2 para surdos, como P3 (2018) relata “eu procurei bastante e achei bem pouco, então eu quase não fazia uso de materiais específicos [...]”. Já P1 (2017) alega que faz uso do próprio livro didático disponibilizado pelo governo, pois nele tem diversas tiras e histórias em quadrinhos que podem ser trabalhadas as teorias da Língua Portuguesa e a incentivam a leitura dos alunos.

O livro didático, até porque gosto de trabalhar com tiras, com quadrinhos, propaganda, com imagens visuais, para que os alunos façam leitura visual e principalmente para o surdo eu considero que essa leitura é importante, além de me dar suporte para o ensino da gramática (P1, 2017).

Diferente de P1 e P3, P2 (2018) não usa meios alternativos de ensinar a língua, pois não precisa já que tem a presença de um intérprete em sala de aula. “Eu utilizo o mesmo material que eu uso com os demais alunos, porque eu tenho intérprete. Então é a mesma coisa, xerox, é livro né”. Sendo assim, por meio das entrevistas foi notado que as professoras não possuem material adequado nem métodos de ensino apropriados para instruir o aluno surdo respeitando suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ainda que não seja possível finalizar o tema da Inclusão Educacional em sua organização atual, pode-se ponderar algumas considerações que indicaram o avanço das conquistas da comunidade de estudantes surdos, em seus marcos fundamentais como a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) que regulamentou a utilização da Libras como L1 e a Língua Portuguesa como L2. O objetivo geral, por sua vez, foi alcançado por meio da análise de dados, considerados como desafios desmotivadores frente às atividades de ensino do docente de L2. Portanto, o registro do que foi dito expressou a visão dos professores entrevistados quanto à prática da Inclusão de alunos com NEE, ao lado da presença e atividade do tradutor e intérprete em Libras, ao lado dos alunos ouvintes. Como objetivo específico buscou-se fundamentar o conceito de Língua como parte de um processo de interação entre alunos com NEE e a prática de ensino de L2, interpretada a fala do professor e traduzida em Libras para os estudantes surdos, acrescentando-se a isso uma pesquisa de campo demonstrativa que apresentou as objeções do setor. Essas, constaram de múltiplas defasagens, desde a formação de muitos professores com data anterior à época da implantação da Lei que regulamenta a obrigatoriedade da disciplina de Libras na grade curricular da graduação do Curso de Letras, realçada, obviamente por uma baixa procura na formação continuada até a falta de recursos materiais auxiliares ao desenvolvimento do trabalho. As narrativas das entrevistadas ampliaram os desafios no tocante às particularidades específicas dos estudantes destacando a predominância em sala de aula de alunos ouvintes, o que para eles constitui uma forma de exclusão germinando num terreno desprovido de afetividade em relação aos que agora chegam e correm o risco de serem interpretados, como um problema a mais a ser resolvido. Sendo assim, as questões caracterizadas na pesquisa de campo, como desafios que dificultam as ações afirmativas que dizem respeito à prática Educacional, aqui em pauta, solicitam um novo olhar que inclua em suas brechas as relevâncias, ou o seu contrário para que seja possível dar sustentação aos profissionais de L1 e L2, bem como os demais envolvidos nos procedimentos e resultados que determinam a prática de um direito linguístico tão arduamente conquistado.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BOGDAN, R. C.; BILKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35.ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.
- BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.
- _____. Lei n. 12.319 de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.
- BRASIL. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC; SEESP, 2004. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). v. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpv01.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- DUARTE, A. S.; PADILHA, S. de J. Relações entre língua de sinais e língua portuguesa em materiais didáticos: a notação pelos números semânticos. **ReVEL**, São Paulo, v. 10. n. 19, p. 309-326, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/51c265707fde530cb9d4a12e2eda287d.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- FERNANDES, S. de F. **Educação bilíngue para surdos**: identidades, diferenças, contradições e mistérios. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUARINELO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.
- LAPLANE, A. L. F. de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LIMA, R. F. de; OLIVEIRA, M. A. de O. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) na formação de professores. **Psicologia.PT**: O portal dos Psicólogos, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0215.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. A. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 45-56.

MARTINS, J. C. **Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo**. São Paulo: PUC/SP, 1997. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dea_a.php?t=002>. Acesso em: 29 set. 2017.

NÓVOA, A. **A formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3703?mode=full>>. Acesso em: 23 set. 2017.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

POTTING, E. P. C. Os sujeitos com surdez no “interjogo de línguas”: constituições identitárias. **Revista de Mestrado em Letras Linguagem, Discurso e Cultura**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 14-42, n. 1, jan./jun. 2011.

PRIETO, R. G. In: MANTOAN, M. T. E. Atendimento escolar do aluno com necessidades especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. et al. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-45.

QUADROS, R. M. Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda. In: Seminário Desafios e possibilidades na Educação bilíngue para Surdos, número, 1997, São Paulo. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1997a.

_____. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997b.

SACKS, O. W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, C. Uma perspectiva socio-historica sobre a educação e a psicologia dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação & Exclusão**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997. v. 1. p. 105-155.

_____. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.